



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUZAMARA SOUTO MONTEIRO

**NÍVEL DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA: UM
ESTUDO REALIZADO COM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2020**

LUZAMARA SOUTO MONTEIRO

**NÍVEL DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA: UM
ESTUDO REALIZADO COM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao do Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. (a) Dr. (a) Valdineide dos Santos Araújo

**JOÃO PESSOA
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M775n Monteiro, Luzamara Souto.

Nível de conhecimento na área de contabilidade pública:
um estudo realizado com alunos do curso de Ciências
Contábeis na Universidade Federal da Paraíba / Luzamara
Souto Monteiro. - João Pessoa, 2020.
52 f. : il.

Orientação: Valdineide dos Santos Araújo.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Contabilidade Pública. Ciências Contábeis. 2.
Conhecimentos. Exames de Suficiência. I. Araújo,
Valdineide dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

LUZAMARA SOUTO MONTEIRO

**NÍVEL DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA: UM
ESTUDO REALIZADO COM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

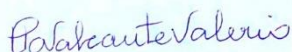
BANCA EXAMINADORA



Presidente: Professora Dr.^a Valdineide dos Santos Araújo
Instituição: UFPB



Membro: Professor Me. Marcelo Pinheiro de Lucena
Instituição: UFPB



Membro: Professora Me. Héli da Cavalcante Valério
Instituição: UFPB

João Pessoa, 23 de julho de 2020.

Dedico este trabalho aos meus pais José Alves Monteiro e Bernadete Souto Monteiro (in memoriam), por todo amor dedicado a mim enquanto Deus permitiu que estivéssemos juntos aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me abençoar e me fortalecer para que eu pudesse alcançar todas as etapas necessárias para chegar até aqui.

Agradeço aos meus filhos Daniel Monteiro de Souza, Giovana Monteiro de Souza e Rafael José Monteiro de Souza, por compreender minha ausência na busca da realização desse sonho.

A minha orientadora Professora Valdineide dos Santos Araújo por toda a paciência e ajuda dispensadas na elaboração deste trabalho. A todos os professores que deixaram seus ensinamentos nessa jornada incrível.

E a todos que de alguma forma contribuíram com a minha trajetória na vida acadêmica.

Porque d'Ele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém.

Romanos 11:36

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar o nível de conhecimento dos alunos, adquiridos durante o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFPB em relação a área de Contabilidade Pública. Para tanto foi realizada uma breve abordagem sobre os assuntos com maior relevância na disciplina de Contabilidade Pública, tais como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Receitas e Despesas do Setor Público; Depreciação de Bens Públicos e ainda sobre o Exame de Suficiência do Conselho da Classe Contábil. Os dados da pesquisa foram coletados mediante aplicação de questionário de forma virtual contendo 15 perguntas objetivas, foram obtidas respostas de uma amostra de 71 alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. Os resultados mostraram que a grande maioria dos pesquisados consideram a Contabilidade Pública como parte relevante e fundamental no ensino. E que os conhecimentos adquiridos na academia são suficientes para responderem as questões do exame de suficiência.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Ciências Contábeis. Conhecimentos. Exames de Suficiência.

ABSTRACT

This work aimed to identify the level of knowledge of students, acquired during the undergraduate course in Accounting Sciences at UFPB in relation to the area of Public Accounting. For this purpose, a brief approach is made on the most relevant subjects in the discipline of Public Accounting, such as the Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector; Chart of Accounts Applied to the Public Sector; Public Sector Income and Expenses; Depreciation of Public Goods and also on the Examination of Sufficiency of the Accounting Class Council. The research data were collected by applying a virtual questionnaire containing 15 objective questions, answers were obtained from a sample of 71 students from the Accounting Sciences course at the Federal University of Paraíba. The results showed that the vast majority of respondents consider Public Accounting as a relevant and fundamental part of teaching. And that the knowledge acquired in the academy is sufficient to answer the exam questions.

Keywords: Public Accounting. Accounting Sciences. Knowledge. Sufficiency Exams.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Conceito de estágios da receita pública	22
Quadro 2 – Conceito de estágios da despesa pública	23
Quadro 3 – Estudos anteriores relacionados à contabilidade pública	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de alunos do curso de ciências contábeis no período de 2019.2 matriculados na disciplina de contabilidade pública.....	32
Tabela 2 – Perfil dos alunos de acordo com o gênero, idade e tempo de experiência profissional nas áreas da Contabilidade.....	34
Tabela 3 – Nível de conhecimento dos alunos na área de contabilidade pública	36
Tabela 4 – Grau de Importância da contabilidade pública na percepção dos alunos do Curso de Ciências Contábeis da UFPB – Campus I.	38
Tabela 5 – Grau de Importância do exame de suficiência na percepção dos alunos do Curso de Ciências Contábeis da UFPB – Campus I.	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
IASB	International Accounting Standards Board
IES	Instituto de Ensino Superior
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
IPC 00	Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
GTCON	Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
PCASP	Plano de conta aplicado ao Setor Público
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos específicos.....	15
1.3.	JUSTIFICATIVA.....	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1	CONTABILIDADE PÚBLICA.....	17
2.1.1	Objetivos da contabilidade pública.....	18
2.2	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	18
2.2.1	Características qualitativas.....	19
2.3	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO.....	20
2.3.1	Receitas e despesas do setor público.....	21
2.3.1.1	Receita pública.....	22
2.3.1.2	Despesa pública.....	22
2.3.2	Depreciação de bens públicos.....	23
2.4	RELEVÂNCIA DO EXAME DE SUFICIÊNCIA.....	24
2.5	TRABALHOS ANTERIORES.....	27
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	31
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	31
3.3	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	32
3.5	MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	34
4.1	CARACTERÍSTICAS DOS PESQUISADOS.....	34
4.2	NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA.....	34
4.2.1	Relevância da disciplina contabilidade pública quanto aos conhecimentos adquiridos.....	35
4.2.2	Grau de importância da contabilidade pública.....	37
4.2.3	Grau de importância do exame de suficiência.....	39

5	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	APÊNDICE A – Questionário.....	47
	ANEXO A – TERMO DE ORIGINALIDADE.....	52

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da Contabilidade ocorreu devido à necessidade do homem de controlar o seu patrimônio e ao longo do tempo foi se adaptando as mudanças na sociedade no intuito de cumprir seu papel principal de prover informações confiáveis aos seus usuários.

Assim como a Contabilidade societária, a Contabilidade aplicada à Administração Pública, que é um dos ramos da Contabilidade, utiliza as informações para subsidiar as tomadas de decisões na Administração Pública e cumprir seu papel principal de fornecer informações atualizadas e exatas à Administração aos Órgãos de Controle Interno e Externo para o cumprimento das normas legais, bem como às instituições governamentais e particulares, informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições. (FELGUEIRAS, 2015).

A Contabilidade Pública, no exercício de suas funções, tem que ser um instrumento de alcance e manutenção dos interesses públicos, os quais devem estar sempre voltados ao atendimento à sociedade. (SANTOS; REIS, 2005).

Concomitante ao processo de convergência da contabilidade privada, o CFC, com o envolvimento de especialistas do setor, iniciou os debates com audiências públicas, no sentido de convergir a contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais em conformidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), editadas pelo International Federation of Accountants (IFAC), a fim de alterar a metodologia contábil adotada pela Lei nº 4.320/64. (PICCOLI; KLANN, 2015)

Através da Portaria MF nº 184 de 25/08/2008, editada pelo Ministério da Fazenda, foram estabelecidas as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a padronizá-las de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

A partir do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009, o qual dispõe sobre os objetivos da contabilidade no âmbito federal, visando estabelecer a padronização e a consolidação das contas nacionais e, entre outros objetivos, a busca pela convergência aos padrões internacionais, é que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) intensificou seus estudos e normatizações do setor. Desse processo, foram

editados os novos planos de contas (PCASP) e manuais de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), a fim de auxiliar os profissionais na execução das atividades.

Em janeiro de 2010, as 10 (dez) NBCASPs entraram em vigor de forma obrigatória, tendo como objetivo maior focar nas demonstrações da situação patrimonial e o resultado do ente público, diferentemente da Lei nº 4.320/64. (PICCOLI; KLANN, 2015)

Tal processo, mudou a percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que historicamente foi vista como uma contabilidade de acompanhamento meramente orçamentário.

Na linha de frente dessa mudança, esteve o contador público, responsável por interpretar as normatizações e operacionalizar os registros contábeis decorrentes dos fatos ocorridos.

Diante desse cenário, surge a dúvida se os conteúdos ministrados nas disciplinas de Contabilidade Pública nas Instituições de Ensino Superior são suficientes para despertar algum interesse dos alunos que os levem a buscar profissionalização nessa área específica da Contabilidade aplicada à Administração Pública, que, mesmo sendo uma área de suma importância e responsabilidade, ainda é vagamente difundida nas instituições de ensino superior, principalmente na graduação.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento dos alunos, do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba, para resolução das questões e aprovação do exame de suficiência na área de Contabilidade Pública?**

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa se apresenta estruturada em um objetivo geral e quatro objetivos específicos, conforme observado a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo identificar o nível de conhecimento dos alunos, adquiridos durante o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFPB em relação a área de Contabilidade Pública, afim de medir se os mesmos se sentem seguros e em condições de responder as questões e serem aprovados no exame de suficiência.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a relevância da Contabilidade Pública na visão dos alunos do Curso de Ciências Contábeis;
- b) Medir a suficiência dos conhecimentos adquiridos pelos alunos para resolução das questões de Contabilidade Pública no exame de suficiência do conselho de classe.
- c) Verificar possíveis diferenças no nível de conhecimento dos alunos na área de Contabilidade Pública;
- d) Verificar a opinião dos alunos acerca da importância do Exame de suficiência para obtenção do Registro no Conselho de Contabilidade.

1.3. JUSTIFICATIVA

Na Contabilidade, o conhecimento acerca do ramo da Contabilidade Pública se torna cada vez mais essencial. É relevante que os alunos dos cursos de Ciências Contábeis, principalmente os concluintes, valorizem o estudo da Contabilidade Pública, por ser uma vertente de grande importância e bastante promissora na área contábil.

Para tanto, o nível de conhecimento dos alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES pública no estado da Paraíba em relação a disciplina de Contabilidade Pública representa o problema central deste estudo e tem por base a afirmativa (FELGUEIRAS, 2015) de que a Contabilidade Pública talvez seja a disciplina que os alunos de graduação menos lembrem ao final do curso.

Um dos pontos a se analisar é a inserção dos alunos concluintes no mercado de trabalho, visto que existem diferenças na Contabilidade Societária em detrimento

da Contabilidade Pública. E tais diferenças podem influenciar diretamente na dificuldade do aprendizado, diminuindo o interesse dos alunos em seguir na área de Contabilidade Pública.

O presente estudo justifica-se na forma de avaliação do nível de conhecimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, a fim de se verificar qual o nível de interesse, relativo à Contabilidade Pública, por parte dos alunos e em relação a resolução das questões do exame de suficiência de acordo com os conteúdos vistos no curso. O estudo tem ainda o intuito de contribuir com um melhor entendimento na resolução das questões dos exames de suficiência, incentivando os alunos a buscarem mais informações acerca dos assuntos relacionados às mudanças adotadas na contabilidade pública, tendo assim mais proximidade e conhecimento sobre a área. O campo de pesquisa foi delimitado nos Campus da Universidade Federal da Paraíba, visando obter resultados que possam contribuir para o crescimento do interesse e o desenvolvimento da disciplina de Contabilidade Pública na instituição.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será realizada uma breve abordagem sobre os assuntos com maior relevância na disciplina de Contabilidade Pública, tais como: a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP Estrutura Conceitual; o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP; as Receitas e Despesas no Setor Público, e a Depreciação de Bens Públicos. E também sobre a importância do Exame de Suficiência para a obtenção do registro no Conselho de Classe.

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública é definida como “O ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações” (KOHAMA, 2016, p. 25).

Pode ser definida ainda como “o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.” (HADDAD; MOTA, 2010, p. 63).

Conforme Felgueiras (2015) nos dispositivos da Lei nº 4.320/1964 a Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da Fazenda Pública, mostra o Patrimônio Público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento.

Já a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.1 – conceitua a Contabilidade Aplicada ao Setor Público como o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e normas de contabilidade direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público.

A Contabilidade Pública - seja na área Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal - tem como base a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei 4.320/64 está para a Contabilidade Aplicada à Administração Pública assim como a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) está para a Contabilidade

aplicada à atividade empresarial.

A Contabilidade Pública no Brasil é regida por diversos dispositivos legais, dentre eles encontra-se a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e visa manter o equilíbrio das contas públicas, condicionando as despesas à capacidade de arrecadação, e a transparência e planejamento das ações públicas, dentre outras.

De acordo com Cruz (*et al.*, 2014, p. 2), “a novidade da Lei de Responsabilidade Fiscal reside no fato de responsabilizar especificamente a parte da gestão financeira a partir de um acompanhamento sistemático do desempenho mensal, trimestral, anual e plurianual”. A LRF tem amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 que trata das normas gerais.

2.1.1 Objetivos da contabilidade pública

O principal objetivo da Contabilidade aplicada ao setor Público, segundo Coelho *et al.* (2014) é o de proporcionar à administração informações atualizadas e exatas que possam ser expressas em termos monetários, informando os reflexos das transações realizadas de modo a possibilitar as tomadas de decisões, para o cumprimento da legislação vigente, e ainda, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade em um determinado momento.

Além de fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões, aos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições, bem como proporcionar mecanismos de transparência na Gestão Pública, fornecendo dados coesos e transparentes para que a gestão pública possa ser avaliada pela Sociedade em geral.

2.2 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Lima, Guedes e Santana (2009) expõem que em um contexto de desenvolvimento de

diretrizes estratégicas para o aperfeiçoamento da Contabilidade Pública brasileira, o Conselho Federal de Contabilidade publicou, em 2008, as primeiras Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), sendo assim na visão dos autores o objetivo era contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, de modo que, além de cumprir os aspectos legais e formais, a Contabilidade Pública brasileira reflita a essência das transações governamentais e seu impacto no patrimônio.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual) estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que se destinam às entidades do setor público. Tais conceitos se aplicam à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) das entidades públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como: (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz; (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos; (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

2.2.1 Características qualitativas

Os RCPGs apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos. As características qualitativas da

informação incluída nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras características, de modo a fornecer informação útil nos RCPGs para cumprir os objetivos da informação contábil. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário. (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, 2016)

2.3 PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), elabora anualmente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), adequado aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais.

Atualmente estabelecido na Portaria STN nº 376 de 08/07/2020 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020), o PCASP é formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, permite ainda a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O PCASP é atualizado anualmente e publicado exclusivamente na Internet para uso obrigatório no exercício seguinte. Adicionalmente, a STN disponibiliza o "PCASP Estendido" (constante do Anexo III da IPC 00), de adoção facultativa, para os entes que precisem de uma referência para desenvolvimento de suas rotinas e sistemas (BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil. Isso significa que cada transação é escriturada na contabilidade com base nas contas contábeis previamente estabelecidas no plano de contas, só assim permite obter as informações que permitem a elaboração das demonstrações contábeis ou mesmo de relatórios gerenciais. No caso do setor público nos referimos ao Plano de Contas aplicado ao Setor Público, conhecido como PCASP.

Após a adoção do novo modelo de contabilidade pública no Brasil, o PCASP passou a ser de uso obrigatório por todos os poderes nas três esferas de governo, incluindo seus fundos, fundações, autarquias, e empresas estatais dependentes. Sendo facultado o seu uso apenas pelas empresas estatais independentes.

Vale ressaltar que embora haja uma padronização até um certo nível, o plano de contas é flexível para atender as particularidades de cada ente da federação (SILVA, 2020).

2.3.1 Receitas e despesas do setor público

É através das despesas orçamentárias que o setor público coloca à disposição da população produtos e serviços necessários à manutenção do bem-estar de todos.

Contudo, as despesas orçamentárias públicas têm que ter um suporte financeiro para poderem ser realizadas. Esse suporte é dado pelas receitas orçamentárias públicas, que são os ingressos de valores na administração pública e que irão fazer frente às despesas orçamentárias públicas.

Por fim, é sempre importante salientar que tanto as receitas quanto as despesas orçamentárias públicas são executadas por meio de autorização dada pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Contudo, tanto as receitas quanto as despesas causam alterações na riqueza patrimonial das entidades públicas, o que deve ser considerado na sua avaliação. Portanto, este capítulo estará estudando os conceitos de receita e despesa públicas sob o enfoque orçamentário e sob o enfoque patrimonial (ASSUMPÇÃO/2012).

2.3.1.1 Receita pública

Do ponto de vista da administração pública, os ingressos de recursos podem ser considerados como orçamentários ou extra orçamentários. Essa classificação é de vital importância, na medida em que influencia toda a fase de contabilização dos ingressos de recursos na administração pública.

Os ingressos de recursos na administração pública podem ser vistos sob o aspecto orçamentário, isto é, todo ingresso de recursos que irá fazer frente à despesa orçamentária pública é considerado um ingresso orçamentário e por consequência é considerado uma receita orçamentária (ASSUMPÇÃO, 2012).

Quadro 1 – Conceito de estágios da receita pública

Estágios	Conceitos
Previsão	Fase em que é estimada a arrecadação de um determinado exercício.
Lançamento	Etapa que compreende a verificação de crédito fiscal, o cálculo do imposto, a identificação do devedor e a notificação.
Arrecadação e Recolhimento	Estágio em que são entregues os valores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados, para que estejam disponíveis nos cofres públicos.

Fonte: Lei 4.320 (1964)

2.3.1.2 Despesa pública

Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos. Significa realizar as despesas previstas no orçamento público, seguindo os três estágios presentes na Lei nº 4.320/64 descreve-se: empenho, liquidação e pagamento (BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2020).

Quadro 2 – Conceito de estágios da despesa pública

Estágios	Conceitos
Empenho	É a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Isso ajuda o governo a organizar os gastos pelas diferentes áreas do governo, evitando que se gaste mais do que foi planejado.
Liquidação	É quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado.
Pagamento	É o estágio que se estiver tudo certo com as fases anteriores, o governo pode fazer o pagamento, repassando o valor ao vendedor ou prestador de serviço contratado.

Fonte: Lei 4.320 (1964)

2.3.2 Depreciação de bens públicos

A depreciação do ativo termina ao final da sua vida útil ou quando ele é baixado, ou seja, quando é desincorporado do patrimônio público. Ressalte-se que a depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou deixa de ser utilizado. Ao final da vida útil, o valor contábil do ativo será igual ao seu valor residual ou igual a zero, caso o valor residual não seja definido previamente (SILVA, 2018).

Assim sendo, conforme Azevedo *et al.* (2010), a depreciação é aplicada nos ativos intangíveis do ativo, amortização aos ativos intangíveis e a exaustão aos itens do ativo que representam os recursos naturais como florestas e minas, assim como os ativos intangíveis utilizados em sua exploração.

Sobre a depreciação de bens no setor público, A lei 4320/64 em seu Art. 108 § 2º dispõe: “As previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das mencionadas entidades.”

Apesar da previsão legal, essa prática sempre foi pouco utilizada, mostrando-se útil apenas nos serviços de caráter industrial, justamente pela ausência de regras claras que definissem os critérios para a correta contabilização. Essa lacuna veio a ser preenchida com a publicação das NBCASP, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente a Norma Brasileira de Contabilidade que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão:

12. Não estão sujeitos ao regime de depreciação:

- Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
- Bens de uso comum, que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada.

Segundo Kohama (2016) os bens de uso comum são considerados como propriedade do Estado, que não tem a “posse” exclusiva. Por isso, não fazem parte do patrimônio público, em razão de não serem objeto de escrituração contábil nem registrados do ponto de vista patrimonial.

Assim as NBCASP, ao introduzir a necessidade de incorporar os bens de uso comum ao ativo, caracteriza a preocupação com a evidenciação do patrimônio público nos padrões internacionais de contabilidade.

A depreciação pode ser realizada através de três métodos:

- (a) linha reta ou taxa constante, que é utilizado levando em consideração o tempo útil do bem.
 - (b) o da soma dos dígitos, que leva em consideração a soma dos dígitos dos anos da vida útil do bem, dividido pelos anos da vida útil estimada.
 - (c) o de utilidades produzidas leva em consideração a quantidade de produção que o bem tem como capacidade de produzir, na vida útil do bem.
- Verificando as características de cada um dos métodos, o que parece ser o mais indicado é o da linha reta ou taxa constante, pois é o mais conhecido e utilizado, por tratar do assunto da depreciação, de forma objetiva e simples, e poderá ser melhor compreendido e assimilado. (KOHAMA, 2016)

De certa maneira, uma das formas de desvalorização utilizada é a depreciação, que decorre nos bens do imobilizado, correspondente à deterioração que ocorre pelo desgaste provocado pela utilização ao longo da sua vida útil. (KOHAMA, 2016)

2.4 RELEVÂNCIA DO EXAME DE SUFICIÊNCIA

O Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro como contador ou técnico em Contabilidade no Conselho Regional de Contabilidade foi instituído pela Lei nº 12.249/2010, que alterou o artigo 12 do Decreto-Lei nº 9.295/46. De acordo com a nova redação, esse artigo estabelece que os profissionais contábeis somente poderão exercer a profissão quando cumprem os seguintes requisitos: conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis,

aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Com as mudanças ocorridas na área, na última década, como a adoção das Normas Internacionais (IFRS), tornou-se necessário também verificar se as instituições estão acompanhando as modificações com rapidez e agilidade.

De acordo com Gomes (2020) a profissão contábil tem oferecido muitas oportunidades relacionadas aos avanços da economia e tecnologia, frente aos novos cenários propostos a profissão contabilista, por meio das instituições de ensino, entidades e principalmente mediante o profissional propriamente dito, busca adequar-se as novas exigências do mercado, de forma arrojada, competente e prestando um trabalho de excelência para lidar com os desafios do novo cenário profissional.

Para que ocorra essa reforma no perfil do profissional da contabilidade as instituições de ensino superior responsáveis pela formação e qualificação desses profissionais devem se enquadrar às mudanças e requisitos do mercado de trabalho, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96).

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

Conforme o Ministério da Educação, 2004:

Art. 3º. O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Ainda segundo a Resolução do Ministério da Educação, 2004:

Art. 4º. O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Politelo, Manfroi e Cunha (2013) afirmam que há uma crescente demanda por profissionais da área contábil devido à convergência da contabilidade brasileira para os padrões internacionais e à crescente participação da contabilidade no processo decisório e de planejamento das empresas. Sendo assim, o ensino superior em Ciências Contábeis deve atender às expectativas do mercado de forma que contribua para a formação de um profissional crítico e competente.

O estabelecimento do exame tem em si mesmo a propriedade de valorização da classe contábil. O exercício da profissão contábil, diante de tantos desafios e profundas alterações promovidas pelos organismos nacionais e internacionais, será

cada vez mais alvo dos olhares críticos dos usuários da contabilidade, face sua importância para todo e qualquer tipo de empresa (SOBRINHO; CRUZ, 2011).

Houve a realização de uma primeira etapa de 2001 a 2005, com 10 edições. Naquele momento, a aceitabilidade foi grande, porém foi decidido que era melhor suspendê-lo temporariamente por ser fundamentado em uma resolução e não uma lei. As provas foram temporariamente suspensas, até que fosse aprovada a sua legalidade.

Mas desde aquela época, quando já apresentava cerca de 60% de aprovação, o Exame já era bem visto pela classe contábil, e fundamentado em uma lei esta opinião se fortaleceu. Foi observada uma maior preocupação por parte dos estudantes, mas mesmo eles já enxergam o Exame como uma forma de valorização da categoria. E quanto mais valorizada estiver a Contabilidade, conseqüentemente mais demanda haverá para a classe.

2.5 TRABALHOS ANTERIORES

A fundamentação teórica deste estudo foi baseada em Trabalhos e artigos publicados em Congressos e Periódicos que discorrem sobre os temas de Contabilidade Pública.

No Quadro 3 explorou-se os objetivos, metodologias e os principais resultados.

Quadro 3 – Estudos anteriores relacionados à contabilidade Pública

(Continua)

Autor	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
REIS <i>et al.</i> (2007)	Analisar a distribuição geográfica, a temática e a evolução da produção dos pesquisadores nacionais, que abordassem assuntos relativos à Contabilidade do Setor Público.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que incluiu a verificação de artigos publicados em três congressos com periodicidade anual, considerados relevantes no meio acadêmico nacional.	Foram apuradas as seguintes conclusões: a participação da Contabilidade Pública em trabalhos apresentados em Congressos é relativamente baixa, com 2,7% do total; a Região Nordeste possui o maior número de trabalhos aplicados na área pública; a Contabilidade Gerencial constitui o tema dominante e a esfera governamental com maior número de trabalhos apresentados é a municipal.

Quadro 3 – Estudos anteriores relacionados à contabilidade Pública

(Continua)

Autor	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
DARÓS; PEREIRA (2009)	Apresentar os principais pontos de cada uma das 10 normas aprovadas, bem como destacar as inovações promovidas nos dispositivos que reforçam o cumprimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal nº 4.320/64.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde foram apresentadas as inovações promovidas pela norma e os reforços para o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na Lei Federal nº 4320/64.	Constatou-se que as normas contribuem para a implementação de dispositivos contidos na LRF e Lei 4.320/64, de forma a elevar a eficácia e efetividade das Leis quanto aos seus objetivos de promover o planejamento, a transparência e responsabilidade da gestão fiscal.
TRINDADE, (2010)	Verificar o interesse profissional dos estudantes de Ciências Contábeis da UFRGS com relação ao ramo de Contabilidade Pública.	Foi realizada um levantamento de dados através de entrevista. A pesquisa foi do tipo quantitativa.	A pesquisa mostrou que 90% dos alunos entrevistados encontram algum tipo de dificuldade na disciplina. E apesar disso, se sentem motivados a ingressar no setor público.
SOBRINHO; CRUZ, (2011)	Mostrar quais as mudanças que estão ocorrendo a partir da implantação do exame e como os profissionais estão se preparando a esta nova realidade.	Pesquisa bibliográfica realizada em fontes primárias como: mídias virtuais presentes em sites de órgãos públicos, leis federais relacionadas com a implantação do exame, fontes secundárias como: livros de contabilidade, artigos científicos e textos publicados na internet, incluindo ainda algumas opiniões de colegas colhidas de modo informal.	A pesquisa demonstrou que o Exame deve desencadear uma série de melhoras nos cursos e, como consequência imediata teremos profissionais cada vez mais aprimorados atuando no mercado de trabalho.
ARAÚJO, (2012)	Identificar como os contadores atuantes no Setor Público estão se preparando em relação às Normas Internacionais de Contabilidade aplicada ao	Foi realizado um levantamento de dados primários e para pesquisa de campo foi aplicado um questionário a contabilistas atuantes em diversas entidades do setor público. A pesquisa foi do tipo	Os contabilistas do setor público estão acompanhando, ainda que de forma mínima, as alterações advindas do processo de convergência da contabilidade aplicada ao Setor Público; Para 50% dos respondentes a adoção poderá prejudicar a comparabilidade das demonstrações contábeis.

Quadro 3 – Estudos anteriores relacionados à contabilidade Pública

(Conclusão)

Autor	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
	Setor Público - NICSP.	qualitativa e quantitativa.	
SILVA, (2012)	Identificar entre os discentes dos últimos períodos da graduação de Ciências Contábeis o conhecimento que possuem, a importância que atribuem e o interesse e preparo para atuar como Contador do Setor Público.	Foi realizada um levantamento de dados bibliográficos e documentais. Além da aplicação de um questionário direcionado aos alunos de uma IES particular. A pesquisa foi do tipo Exploratória.	Apesar do pouco contato com a disciplina, a maior parte dos entrevistados atribui relevante importância da disciplina e o interesse pelo setor. Mas medianamente estão preparados para atuação na área.
SANCHES (2014)	conhecer a opinião dos acadêmicos e profissionais da área contábil acerca da obrigatoriedade da aplicação do Exame de Suficiência da classe contábil.	Foi feita pesquisa de campo mediante aplicação de questionário contendo 15 perguntas objetivas.	Os resultados mostraram que a grande maioria dos pesquisados aprovam a aplicação do exame apenas para a obtenção do registro e acreditam no exame como uma ferramenta de capacitação, qualificação e avaliação do bom profissional.
MARTINS; PEIXE (2019)	Avaliar o grau de adoção dos procedimentos para mensuração do ativo imobilizado das universidades e institutos federais brasileiros aos padrões internacionais de contabilidade	Quanto a abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo. Classifica-se como uma pesquisa descritiva e explicativa. E quanto aos procedimentos é pesquisa bibliografia e documental.	O estudo apontou a necessidade de uma cobrança mais efetiva por parte dos órgãos reguladores em relação ao cumprimento das normas, legislações específicas e a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
CAMACHO <i>et al.</i> (2019)	O artigo identifica variáveis associadas à compreensibilidade dos relatórios financeiros do setor público a partir do entendimento dos usuários destas informações.	Trata de um estudo quantitativo com a aplicação de questionário no processo de coleta dos dados.	Os resultados apontaram relações estatisticamente significativas entre a compreensibilidade das demonstrações e as variáveis: escolaridade e formação acadêmica. Foi encontrada ainda relação entre a legibilidade, medida pelo teste de Flesch, o grau de escolaridade e a compreensibilidade das informações, corroborando com a literatura sobre este tema.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Os artigos selecionados para constituir a base da elaboração deste estudo, são em sua maioria pesquisas de campo, com a elaboração de questionários e com análise descritiva dos dados, no âmbito do conhecimento relacionado à Contabilidade Pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, serão descritas as tipologias utilizadas para realização da pesquisa, população e amostra, bem como os métodos de análise de dados utilizados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa deste estudo é de natureza descritiva, que segundo Andrade (2005, p. 124), tem como objetivo “apresentar fatos, que são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados”, sem a utilização de manipulação dos dados e utilizando técnicas padronizadas para a coleta de dados, neste caso, foi empregada a aplicação de questionários.

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, no presente estudo optou-se pela pesquisa de levantamento ou *survey* que segundo Gil (2017, p.50), caracteriza-se pela “interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. A ferramenta utilizada para coleta de dados, foi a aplicação de um questionário semiestruturado, abrangendo 15 perguntas, todas objetivas.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quantitativa, que de acordo com Beuren *et al* (2013) a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos. Classifica-se também como pesquisa qualitativa, a qual foi aplicada para interpretar os números encontrados com os instrumentos estatísticos.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa foi composta pelos 139 alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB – Universidade Federal da Paraíba – Campus I, matriculados na disciplina da área de Contabilidade Pública, no período de 2019.2. Tabela 1. 71 alunos fizeram parte da amostra da pesquisa, respondendo o questionário do estudo, o que representou 51% do total do universo da pesquisa.

Tabela 1 - Quantitativo de alunos do curso de ciências contábeis no período de 2019.2 matriculados na disciplina de contabilidade pública

DISCIPLINAS DA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA		TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS RESPONDENTES
GDCFC0109 - Contabilidade para o setor público I	GDCFC0112 - Contabilidade para o setor público II		
80	59	139	71

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação Ciências Contábeis UFPB (2020)

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O questionário da pesquisa teve por finalidade identificar o nível de conhecimento dos alunos, adquiridos durante o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFPB em relação a área de Contabilidade Pública, considerando também a relevância do exame de suficiência da classe e o interesse de ingressar no mercado de trabalho da área em questão.

Para alcançar tal objetivo, foi utilizado e aplicado questionário adaptado do estudo de Ribeiro (2018) como instrumento de coleta de dados. Composto por 15 questões objetivas e estruturadas da seguinte forma:

Na primeira seção, buscou-se identificar o perfil e dados gerais do estudante. Foram indagadas questões acerca do gênero e idade.

Na segunda seção, foram apresentadas questões de conhecimento teórico retiradas dos exames de suficiência de diferentes anos, afim de se medir o grau de dificuldade dos respondentes para resolver as questões, de acordo com os conhecimentos adquiridos na academia na disciplina de contabilidade pública. Após cada questão apresentada, o aluno deveria assinalar uma das opções da escala de Likert, conforme o grau de dificuldade que se lhe apresentasse.

Na terceira seção, foram apresentadas aos respondentes, questões sobre o grau de importância da Contabilidade Pública na percepção do aluno do curso de Ciências Contábeis. As respostas desta seção encontravam-se dispostas por meio da escala de Likert e o aluno as classificaria utilizando uma escala de 1 a 5, de acordo com o que melhor lhe conviesse.

Na quarta e última seção, foram colocadas questões sobre o grau de importância do Exame de Suficiência sobre a Contabilidade Pública na percepção do aluno do curso de Ciências Contábeis. Também se utilizando o método de coleta de

respostas por meio da escala de Likert, classificando-a numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de concordância do aluno.

3.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de junho e julho de 2020, de forma virtual, sendo enviado por e-mail, pela coordenação do curso de Ciências Contábeis, para os alunos matriculados no semestre 2019.2, nas turmas de Contabilidade para o Setor Público I e Contabilidade para o Setor Público II do Campus I.

Após a coleta foi possível realizar o levantamento para responder o problema de pesquisa, de forma a alcançar os objetivos do estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico serão analisados os dados obtidos através dos questionários respondidos pelos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Os resultados serão apresentados através de gráficos e tabelas para facilitar a compreensão do leitor.

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS PESQUISADOS

Foram obtidos 71 formulários respondidos na aplicação da pesquisa. Para caracterização do perfil dos respondentes, foram elaboradas questões identificando o gênero e a faixa etária dos alunos respondentes. Os resultados obtidos foram apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Perfil dos alunos de acordo com o gênero e idade

Gênero	Frequência %	Faixa Etária	Frequência%
Masculino	54,9	Até 25 anos	40,8
Feminino	45,1	De 26 a 35	43,7
		De 36 a 45	8,5
		Acima de 46	7
Total	100%		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme a Tabela 2, ficou demonstrado que a maior parte dos alunos respondentes, cerca de 54,9%, são do gênero masculino, 43,7% estavam na faixa etária entre 26 e 35 anos.

4.2 NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Esta seção tem o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos alunos, adquiridos durante o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFPB em relação a área de Contabilidade Pública. Assim será analisada a relevância da Contabilidade Pública na visão dos alunos, como também possíveis diferenças no nível de conhecimento dos alunos na área de Contabilidade Pública e pôr fim a verificação da

opinião dos alunos acerca da importância do exame de suficiência para obtenção do registro no Conselho de Contabilidade.

4.2.1 Relevância da disciplina contabilidade pública quanto aos conhecimentos adquiridos

Neste item, apresentam-se as análises referentes aos resultados das questões nº 3 a 7 do questionário (Apêndice A), aplicados aos alunos de contabilidade da UFPB. Tais questões buscam verificar possíveis diferenças no nível de conhecimento entre os alunos na área de Contabilidade Pública para a resolução das questões retiradas dos exames de suficiência, conforme Tabela 3.

De acordo com a Tabela 3, com relação à questão nº 3 - normatização do passivo contingente, conforme dados da pesquisa, 32,4% dos alunos consideram mais que suficientes os conhecimentos adquiridos acerca da contabilidade pública para responder à questão que se refere à normatização dos procedimentos contábeis relativos a provisões, passivos e ativos contingentes. Já 8,5% consideram insuficientes seus conhecimentos. Esses resultados diferem dos resultados encontrados nos estudos de Trindade (2010), que demonstram que 57% dos alunos entrevistados não tiveram ou tiveram pouca dificuldade no aprendizado da contabilidade pública. Por conseguinte, 43% dos entrevistados tiveram maior dificuldade em assimilar a matéria nas cadeiras cursadas no ramo.

Com relação aos conhecimentos sobre as Características Qualitativas da Informação incluídas nos relatórios contábeis de propósito geral de acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, apresentados na questão nº 4, há um nível semelhante ao anterior, 32,4% consideram seus conhecimentos mais que suficientes, enquanto que 8,5% dos respondentes o consideram insuficientes. Comparando estes resultados com os estudos de Camacho *et al.* (2019) e considerando o perfil dos entrevistados, podemos encontrar semelhança no que tange ao conhecimento acerca da disciplina, onde a maioria dos entrevistados consideram que seus conhecimentos são suficientes para uma compreensão de uma análise de uma demonstração financeira e/ou de um balanço patrimonial do setor público por exemplo.

A questão nº 5 do formulário de pesquisa se refere à natureza das contas contábeis de acordo com Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, retirada do exame de suficiência 2017.1. As respostas apresentaram percentuais

relativamente equilibrados para todas as opções. Sendo considerado como insuficientes os conhecimentos adquiridos na academia por apenas 14,1% dos alunos respondentes, por outro lado 55% (28,2% + 26,8%) consideraram suficientes seus conhecimentos a respeito do PCASP.

A questão nº 6 refere-se aos tipos de Receitas do Setor Público, retirada do exame de suficiência 2016. As respostas apontam que 12,7% não consideram suficientes os conhecimentos adquiridos, 36,6% consideram ter conhecimento mais que suficiente para responder à questão.

E por fim, a questão nº 7 refere-se à depreciação utilizando o método da soma dos dígitos na forma decrescente, retirada do exame de suficiência 2015.1. De acordo com as respostas computadas, 14,1% dos alunos respondentes consideraram seus conhecimentos insuficientes para responder à questão. Enquanto 39,4% dos alunos consideraram suficientes os conhecimentos adquiridos para solucionar a questão.

Considerando este tópico e todas às questões que o englobam, podemos fazer um comparativo com os estudos feitos por Silva (2012), onde os resultados apontam que 60% dos entrevistados possuem um conhecimento e domínio da disciplina nos níveis intermediário e baixo, esses resultados o que traz semelhança com este estudo realizado.

Tabela 3 – Nível de conhecimento dos alunos na área de Contabilidade Pública

IMPORTÂNCIA	1	2	3	4	5	%
Questão 3 – Normatização do Passivo Contingente	11,3	19,7	28,2	32,4	8,4	100
Questão 4 – Características Qualitativas da Informação incluídas nos relatórios contábeis de propósito geral de acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual	8,5	14,1	29,6	32,4	15,4	100
Questão 5 - Natureza Contábil das contas de acordo com Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP	14,1	15,5	28,2	26,8	15,4	100
Questão 6 – Tipos de Receitas do Setor Público	12,7	15,5	19,7	36,6	15,5	100
Questão 7 - Depreciação utilizando o método da soma dos dígitos na forma decrescente	14,1	8,5	39,4	23,9	14,1	100

Legenda: 1. Insuficiente, 2. Pouco suficiente, 3. Suficiente, 4. Mais que suficiente, 5. Extremamente suficiente

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Podemos observar através dos resultados, que 36,6% dos alunos acreditam ter um melhor nível conhecimento sobre os tipos de receitas do setor público, talvez

por ser este um dos assuntos mais abordados na disciplina. Já 14,1% dos alunos concordam que os conteúdos referentes à depreciação e à natureza contábil das contas de acordo com o PCASP, são pouco abordados, de maneira que os alunos consideram insuficientes os conhecimentos.

4.2.2 Grau de importância da contabilidade pública

As análises referentes aos resultados das questões nº 8 a 12 tratam do grau de importância da Contabilidade Pública na percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis conforme Tabela 4.

A questão nº 8 requeria do aluno uma resposta que demonstrasse, de acordo com a escala, a sua percepção quanto ao conhecimento sobre a Contabilidade Pública para sua formação profissional. Somente 32,4% dos alunos concordam que, o conhecimento acerca da Contabilidade Pública nos conteúdos vistos na academia, é extremamente importante para a formação profissional do aluno. Por outro lado, apenas 2,8% dos alunos respondentes acham que o conhecimento não é importante.

A questão nº 9 do questionário aplicado solicitava que o aluno escolhesse, dentro da escala apresentada, uma das opções que mais se aproximasse com a sua resposta em relação à importância dos conteúdos vistos na academia, para aplicação no mercado de trabalho. Dos alunos respondentes, 93% acham que os conteúdos são importantes, muito importantes e extremamente importantes para aplicação no mercado de trabalho. E apenas 2,8% dos alunos acham que não é importante.

Os resultados das questões 8 e 9 podem ser comparados com o estudo de Reis *et al.* (2007) que apresenta números semelhantes com relação a esse baixo nível de importância, demonstrando que a participação da Contabilidade Pública em trabalhos apresentados em congressos é relativamente baixa, com 2,7% do total. Ainda assim, a Região Nordeste possui o maior número de trabalhos aplicados na área pública. Segundo Reis *et al.* (2007) a Contabilidade Gerencial constitui o tema dominante e a esfera governamental com maior número de trabalhos apresentados é a municipal.

A questão nº 10 mede o interesse do estudante de Ciências Contábeis na área de Contabilidade Pública. Entre os alunos respondentes 22,5% afirmaram não ter nenhum interesse na área. Enquanto que 32,4% demonstraram ter muito interesse. Em comparação com o estudo de Silva (2012) constatou-se um percentual

aproximado nas respostas apresentadas quanto ao interesse em trabalhar na área, verificou-se que 32% dos respondentes manifestaram muito interesse. Quanto aos que não possuem tal interesse o resultado foi de 14%, não apresentando semelhança com o estudo atual.

Na questão nº 11, os alunos opinaram a respeito da influência que os conteúdos vistos na academia sobre a Contabilidade Pública exercem sobre o ingresso nessa área de trabalho de forma específica. Para 40,8% dos alunos respondentes os conteúdos estudados exercem influência quanto ao ingresso na área de trabalho. Enquanto 12,7% acreditam que exercem pouca influência.

Tabela 4 – Grau de importância da contabilidade pública na percepção dos alunos do curso de ciências contábeis da UFPB – campus I

IMPORTÂNCIA	1	2	3	4	5	%
8 - Qual a importância do conhecimento sobre a Contabilidade Pública para sua formação profissional?	2,8	12,7	23,9	28,2	32,4	100
9 - Qual a importância dos conteúdos vistos na academia, para aplicação no mercado de trabalho?	2,8	4,2	25,4	38	29,6	100
10 - Qual o seu interesse na área de Contabilidade Pública como estudante de Ciências Contábeis?	22,5	5,6	23,9	32,4	15,5	100
11 - Em sua opinião, a Contabilidade Pública vista na academia, influencia de alguma forma o ingresso no mercado de trabalho nessa área específica?	0	12,7	40,8	32,4	14,1	100
12 - Considerando os conhecimentos adquiridos na academia, como você classifica a sua absorção do conteúdo, caso desejasse ingressar no mercado de trabalho na área de Contabilidade Pública?	14,1	18,3	32,4	29,6	5,6	100

Legenda questões 8 e 9: 1. Não é importante, 2. Pouco importante, 3. Importante, 4. Muito importante, 5. Extremamente importante

Legenda questão 10: 1. Nenhum, 2. Pouco interesse, 3. Tenho interesse, 4. Tenho muito interesse, 5. Tenho muito interesse, pretendo atuar na área

Legenda questão 11: 1. Não influencia, 2. Influencia pouco, 3. Influencia, 4. Influencia muito, 5. Influencia totalmente

Legenda questão 12: 1. Insuficiente, 2. Pouco suficiente, 3. Suficiente, 4. Mais que suficiente, 5. Extremamente suficiente

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para finalizar a análise da Tabela 4, na questão nº 12 foi solicitado aos alunos

que escolhessem uma das opções para classificar a absorção dos conteúdos vistos na academia, caso desejasse ingressar na área de contabilidade pública no mercado de trabalho. Os dados apresentaram que 14,1% dos alunos afirmaram que a absorção dos conteúdos foi insuficiente para ingressar na área. Já 32,4% dos alunos afirmaram serem suficientes a absorção dos conteúdos vistos para o ingresso no mercado de trabalho dessa área específica. Fazendo um comparativo das análises obtidas com o estudo de Silva (2012), verificou-se que os resultados apresentaram semelhança em relação aos 32% dos alunos que afirmaram serem suficientes a absorção da disciplina. Assim como 17% dos alunos entrevistados afirmaram terem absorvido de forma insuficiente os conteúdos vistos.

De acordo com os resultados, é possível verificar que a maioria dos alunos acreditam que o conhecimento sobre a Contabilidade Pública é extremamente suficiente para a sua formação profissional e concordam que os conteúdos vistos na academia podem influenciar a decisão na inserção do mercado de trabalho.

4.2.3 Grau de importância do exame de suficiência

As questões apresentadas neste item, analisam os resultados das questões nº 13, 14 e 15. E buscam medir, de acordo com as respostas dos alunos, o grau de importância do Exame de Suficiência para obtenção do registro no conselho da classe contábil – CRC, em comparação com estudos anteriores citados no Quadro 3.

A questão nº 13 buscou medir, segundo a visão dos respondentes, a importância do Exame de Suficiência para a formação profissional do aluno. 40,8% dos alunos respondentes acham que é totalmente importante o exame de suficiência para a formação profissional. No outro extremo, temos apenas 1,4% dos alunos que acreditam que o exame não é importante. As análises, quando comparadas com o estudo de Sanches (2014), demonstram semelhança nos resultados, apontando que 4% dos discentes discordam que o exame seja importante para sua formação profissional, contra 47% dos discentes que concordam que o mesmo seja importante.

A questão nº 14 demonstra o nível de preparação dos alunos, em relação a suficiência de conhecimento dos assuntos abordados durante o curso, para resolução das provas do exame de suficiência. Para 54,9% (32,4%+22,5%) dos alunos concordam que os assuntos vistos na academia são suficientes para obter aprovação no exame de suficiência.

Enquanto que 11,3% dos alunos respondentes concordam pouco tal suficiência. Os resultados demonstram semelhança com Sanches (2014), onde 60% dos discentes concordam que possuem conhecimento suficiente, enquanto 20% discordam da afirmação.

E por fim, a questão nº 15 mede o nível de preparação dos alunos, para responder a prova do exame de suficiência, com base nos conteúdos vistos na academia com relação à contabilidade pública. Os dados apresentam que 15,5% dos alunos respondentes afirmaram não estarem preparados para obter aprovação no exame de suficiência da classe. Já 32,4% dos alunos respondentes afirmaram estarem muito preparados para obter aprovação. Ainda em comparação com o estudo de Sanches (2014) foi possível observar a equivalência das respostas, onde 29% dos alunos afirmaram se sentirem parcialmente preparados e 18% afirmaram não se sentirem preparados.

Tabela 5 – Grau de Importância do exame de suficiência na percepção dos alunos do curso de ciências contábeis da UFPB – Campus I

IMPORTÂNCIA	1	2	3	4	5	%
13-Na sua visão, qual a importância do Exame de Suficiência para sua formação profissional?	1,4	12,7	19,7	25,4	40,8	100
14-Você concorda que os assuntos vistos na academia, são suficientes para obter a aprovação no Exame de Suficiência?	4,2	11,3	29,6	32,4	22,5	100
15-Com base nos conteúdos vistos na academia, você se sente preparado para responder as questões da área de Contabilidade Pública constantes no Exame de Suficiência?	15,5	21,1	18,3	32,4	12,7	100

Legenda questão 13: 1. Não é importante, 2. Pouco importante, 3. Importante, 4. Muito importante, 5. Extremamente importante

Legenda questão 14: 1. Não concordo, 2. Concordo pouco, 3. Concordo, 4. Concordo muito, 5. Concordo totalmente

Legenda questão 15: 1. Não estou preparado, 2. Estou pouco preparado, 3. Estou preparado, 4. Estou muito preparado, 5. Estou completamente preparado

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Considerando os resultados apresentados, verifica-se que a maior parte dos alunos acreditam que o exame de suficiência é importante para complementar a sua formação profissional e concordam que os conhecimentos adquiridos na academia são suficientes para obterem aprovação no exame do Conselho de Contabilidade.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou medir o nível de conhecimento dos alunos do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba na área de Contabilidade Pública, considerando a relevância da disciplina na percepção dos alunos, bem como o interesse de atuação profissional na área e ainda tentou conhecer o nível de importância que esses alunos consideram ter o exame de suficiência para a sua formação profissional.

A análise dos dados permitiu concluir que os objetivos foram alcançados quando se verificou que a maior parte dos alunos que participaram da pesquisa era de um público jovem, na faixa etária entre 26 e 35 anos e do gênero masculino.

Quanto ao nível de conhecimento dos alunos na área de Contabilidade Pública, podemos observar através dos resultados, que a maior parte dos alunos acreditam terem um bom nível conhecimento na área, sendo estes mais que suficientes para responderem às questões apresentadas na pesquisa.

A análise quanto ao grau de importância da Contabilidade Pública, enquanto disciplina na grade curricular, demonstrou que a maioria dos alunos consideram a disciplina muito importante e com relevante influência sobre a decisão dos alunos ingressarem nessa área profissional.

Em relação a importância do exame de suficiência do Conselho de Contabilidade, também grande parte dos alunos entrevistados consideraram ser muito importante para complementar a sua formação profissional e concordam que os conhecimentos adquiridos na academia são suficientes para obterem aprovação no exame.

Não foram apresentadas diferenças relevantes no nível de conhecimento de forma geral, o que demonstra que apesar da pouca proximidade que os alunos têm com a disciplina de Contabilidade Pública durante o curso de graduação, a mesma é considerada importante na percepção dos alunos.

Não se deve generalizar os dados obtidos nesta pesquisa, por se tratar de amostra bastante reduzida e específica, além de tratar da percepção que o grupo estudado tem do assunto, o que não necessariamente reflete a realidade.

O estudo apresentou limitações importantes quanto a amostra, de modo que se sugere, para futuros estudos, ampliação da amostra, com a participação de mais instituições privadas e públicas.

Apesar da necessidade de aprofundamento nesse assunto, nota-se que a quantidade de trabalhos desenvolvidos com a abordagem desse tema é muito pequena, dificultando o estudo sobre o tema e a comparação com trabalhos para melhor análise.

Fica a sugestão para que os envolvidos no processo educacional se baseiem nessas informações para ampliar a oferta de disciplinas na área de contabilidade pública, bem como melhorar a qualidade de ensino das universidades nas demais áreas, a fim de proporcionar ao acadêmico uma melhor base para aprovação no exame de suficiência e para a atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAÚJO, Marcelo Brandão. **Novas tendências da contabilidade aplicada ao setor público: a percepção dos contabilistas ao processo de convergência**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC. São Paulo, 2012.

ASSUMPÇÃO, M. J. **Contabilidade Pública**. IESDE Brasil. 2012, Curitiba.

AZEVEDO, R. R.; SOUZA, J. A.; VEIGA, C. M. **NBCASP Comentadas** – (orgs.) Blumenau. Nova Letra – 2009.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Execução da Despesa Pública. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica> Acesso em: 12 jul. 2020

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Execução da Receita Pública. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-receita-publica> Acesso em: 12 jul. 2020

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 6976, de 07 de outubro de 2009**. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. **NBC TSP 01**, 28 de outubro de 2016. **NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL** - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, conceptual framework. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/ser/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc Acesso em: 19 jul. 2020

BRASIL. **Lei de Orçamentos Públicos**. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4320&ano=1964&ato=221c3Zq5UNVRVT2b4> Acesso em: 13 jul. 2020

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf?sequence=2> Acesso em: 13 jul. 2020

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f503Y61UMJpWT25a> Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Portaria Ministerial MF nº 184, de 25 de agosto de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2008/portaria184> Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Portaria Ministerial MF nº 376, de 8 de julho de 2020.** Aprova o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público a ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2021 (PCASP 2021) e o PCASP Estendido, de adoção facultativa, válido para o exercício de 2021 (PCASP Estendido 2021). Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8765 Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Portaria Ministerial MF nº 386, de 13 de junho de 2020.** Aprova o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público a ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2021 (PCASP 2021) e o PCASP Estendido, de adoção facultativa, válido para o exercício de 2021 (PCASP Estendido 2021). Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8120 Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Tesouro Nacional Transparente.** Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2020/114?ano_selecionado=2020 Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2/2007**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acesso em: 14 jul. 2020.

CAMACHO, Eliane Utrabo *et al.* Compreensibilidade das contas públicas: uma análise a partir do entendimento dos usuários da informação. Congresso Anpcont. **Anais** 2019, Paraná. Disponível em: http://anpcont.org.br/pdf/2019_CPTCPT224.pdf Acesso em: 17 jul. 2020.

COELHO, J. K.; COSTA, H. R.; SOUSA, M. A. A importância da Contabilidade Pública como instrumento de controle na administração pública. **Revista Pensar** – volume 3, nº 1, jan. 2014. Disponível em: http://revistapensar.com.br/tecnologia/pasta_upload/artigos/a73.pdf Acesso em: 12 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/**

Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf Acesso em: 11 jul. 2020.

CRUZ, Flávio da. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DARÓS, L. L.; PEREIRA, A. S.; Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/artigos92009/467.pdf> Acesso em: 15 jul. 2020.

FELGUEIRAS, J. A. **Série provas & concursos - contabilidade pública**. São Paulo; Grupo GEN, 03/2015. 978-85-309-6339-2. 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6339-2/> Acesso em: 09 jul. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, N. M. **A percepção dos discentes do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba**: um estudo sobre as deficiências no ensino e sua relação com a preparação profissional para o mercado de trabalho. Monografia. UFPB/CCSA. João Pessoa, 2020.

HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. **Contabilidade Pública**. CAPES: UAB, 2010, Florianópolis

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, D. V.; SANTANA, C. M.; GUEDES, M. A. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília – v. 12, n. 2, p.15-23, mai/ago, 2009. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/issue/view/10> Acesso em: 12 jul. 2020.

MARTINS, A. D.; PEIXE, B. C. Percepção do grau de adoção da mensuração do Ativo Imobilizado nas Universidades e Institutos Federais aos Padrões Internacionais de Contabilidade. *In*: CONGRESSO ANPCONT, 13., 2019, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: 2019. Disponível em: http://anpcont.org.br/pdf/2019_CPT368.pdf Acesso em: 17 jul. 2020.

PICCOLI, M. R.; KLANN, R. C. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 425-448, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37985/a-percepcao-dos-contadores-publicos-em-relacao-as-normas-brasileiras-de-contabilidade-aplicadas-ao-setor-publico--nbcasp-/pt-br> Acesso em: 15 jul. 2020.

POLITELO, Leandro; MANFROI, Leossania; CUNHA, Paulo Roberto Da. O mercado de trabalho na percepção dos concluintes do curso de ciências contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis v. 12, n. 35, p. 79-98, abr./jul. 2013.

REIS, Luciano Gomes *et al.* A pesquisa brasileira em contabilidade do setor público: uma análise após a implementação da lei de responsabilidade fiscal. **Revista de Informação Contábil**. Recife v. 1, n. 1, p. 89-101, set/2007.

RIBEIRO, Raquel Gonçalves. **Nível de conhecimento na área gerencial: Um estudo realizado com alunos concluintes do Curso de Ciências Contábeis nas IES de João Pessoa**. Monografia. UFPB. João Pessoa, 2018.

SANCHES, N. K. **A opinião dos acadêmicos e profissionais da contabilidade em relação à obrigatoriedade do exame de suficiência do CRC**. Monografia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2014.

SANTOS, A. R.; REIS, J. A. G. A importância da Contabilidade Pública. *In*: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9., ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 5., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade do Vale do Paraíba, 2005. pg. 833. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-61.PDF> Acesso em: 12 jul. 2020.

SILVA, P. B. Percepção sobre o ensino da disciplina contabilidade pública: um estudo em uma IES particular no Estado do Rio de Janeiro. CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos122012/519.pdf> Acesso em: 3 jul. 2020.

SILVA, Wesmey. **Descomplicando a Contabilidade Pública: De acordo com o MPCASP 8ª edição, Estrutura Conceitual da Contabilidade Pública e demais normas do CFC**. 1. ed. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://contabilidadepublica.com/objetivos-do-pcasp/> Acesso em: 12 jul. 2020.

SOBRINHO, O. A.; CRUZ, M. C. **A importância da regulamentação da profissão contábil: o exame de suficiência**. 2011. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/eb6ae262636b30072bd8dfb50ff44f4b.pdf> Acesso em: 17 jul. 2020.

TRINDADE, Alessandro da Silva. **A contabilidade pública na visão dos estudantes de ciências contábeis da UFRGS**. Monografia. UFRGS. Porto Alegre, 2010.

APÊNDICE A- Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Pesquisa acadêmica aplicada aos alunos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de levantar o nível de conhecimento dos alunos respondentes, em relação à área de Contabilidade Pública.

O questionário deverá ser respondido por alunos do curso de Ciências Contábeis que já cursaram a disciplina de Contabilidade Pública. Os dados fornecidos possuem caráter confidencial e serão tratados tão somente na elaboração do trabalho. Agradecemos a sua colaboração.

Luzamara Souto Monteiro
Aluna do Curso de Ciências Contábeis /UFPB

Prof.^a. Valdineide dos Santos Araújo
Professora da UFPB/Orientadora

Parte 1 – Dados Gerais

- 1) Sexo
() Feminino () Masculino () Outro
- 2) Faixa Etária
() até 25 anos
() de 26 até 35 anos
() de 36 até 45 anos
() acima de 46 anos

Parte 2 – Conhecimentos teóricos

Neste bloco encontram-se algumas questões retiradas do Exame de Suficiência de Contabilidade referentes à Contabilidade Pública. Leia atentamente as questões e assinale apenas uma das alternativas da escala para cada uma delas. O método de coleta de respostas desta seção se dará por meio da escala de Likert, classificando a sua resposta numa escala de 1 a 5, conforme segue abaixo:

- 3) (Questão 22 – Exame 2019-1) A normatização dos procedimentos contábeis relativos a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC TSP 03, de 21 de outubro de 2016, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e

utilizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição para colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento. Segundo a NBC TPS 03 e o MCASP 8ª edição, o Passivo Contingente NÃO pode ser definido como um(a) :

- a) obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- b) obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade.
- c) obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação.
- d) evento não planejado ou não esperado que não esteja totalmente sob o controle da entidade e que acarreta a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços à entidade.

Classifique seus conhecimentos adquiridos na academia para resolver essa questão:				
1. Insuficiente	2. Pouco suficiente	3. Suficiente	4. Mais que suficiente	5. Extremamente suficiente

4) (Questão 25 – Exame 2018.1) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as características qualitativas da informação incluída nos relatórios contábeis de propósito geral são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Assinale a alternativa correta em relação a uma das características qualitativas da informação.

- a) A comparabilidade se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração em diferentes períodos na entidade.
- b) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- c) A compreensibilidade implica que uma informação complexa e de difícil entendimento para usuários com conhecimento técnico e que conhecem as atividades da entidade deve ser excluída dos relatórios contábeis de propósito geral.
- d) A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos relatórios contábeis de propósito geral elaborados para aquele exercício.

Classifique seus conhecimentos adquiridos na academia para resolver essa questão:				
1. Insuficiente	2. Pouco suficiente	3. Suficiente	4. Mais que suficiente	5. Extremamente suficiente

5) (Questão 25 – Exame 2017.1) Um Município brasileiro utiliza o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Em 2.1.2017, o Município efetuou o lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –

IPTU, e o registrou em sua contabilidade de acordo com o Regime de Competência. No dia 2.3.2017, esse Município arrecadou R\$40.000,00 relativos ao IPTU. Considerando-se o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e o caso apresentado, os lançamentos contábeis que representam a contabilização do fato ocorrido em 2.3.2017 envolverão apenas contas de natureza:

- a) De Controle, Financeira e Patrimonial.
- b) Orçamentária, Patrimonial e Financeira.
- c) Financeira, Orçamentária e de Controle.
- d) Patrimonial, Orçamentária e de Controle.

Classifique seus conhecimentos adquiridos na academia para resolver essa questão:				
1. Insuficiente	2. Pouco suficiente	3. Suficiente	4. Mais que suficiente	5. Extremamente suficiente

6) (Questão 25 – Exame 2016). As receitas do setor público são classificadas em duas categorias econômicas: as Receitas Correntes e as Receitas de Capital. As Receitas Correntes correspondem a:

- a) receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, tributária e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- c) recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- d) recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender receitas classificáveis em Receitas de Capital, e ainda o superávit do Orçamento Corrente.

Classifique seus conhecimentos adquiridos na academia para resolver essa questão:				
1. Insuficiente	2. Pouco suficiente	3. Suficiente	4. Mais que suficiente	5. Extremamente suficiente

7) (Questão 20 – Exame 2015.1). Uma prefeitura adquiriu dez ambulâncias, no valor total de R\$660.000,00. Após um estudo, decidiu-se por realizar a depreciação utilizando-se o Método da Soma dos Dígitos na forma decrescente, pois esse método reflete o padrão em que os benefícios econômicos futuros e o potencial de serviços dessas ambulâncias serão consumidos pela prefeitura. Informações: As ambulâncias entraram em operação imediatamente à sua chegada, ocorrida no dia 2.1.2014. A vida útil dessas ambulâncias é de 4 (quatro) anos. Foi determinado um valor residual das 10 (dez) ambulâncias, em um total de R\$132.000,00. Com base nas informações acima, o Valor Líquido Contábil, ao final do terceiro ano, será de:

- a) R\$475.200,00.
- b) R\$184.800,00.
- c) R\$132.000,00.
- d) R\$105.600,00.

Classifique seus conhecimentos adquiridos na academia para resolver essa questão:				
1.Insuficiente	2.Pouco suficiente	3.Suficiente	4.Mais que suficiente	5. Extremamente suficiente

Parte 3 – Grau de Importância

Neste bloco foram colocadas questões sobre o grau de importância da Contabilidade Pública na percepção do aluno concluinte. O método de coleta de respostas desta seção se dará por meio da escala de Likert, classificando a sua resposta numa escala de 1 a 5, conforme segue abaixo:

8) Qual a importância do conhecimento sobre a Contabilidade Pública para sua formação profissional?

1.Não é importante	2.Pouco importante	3.Importante	4.Muito importante	5. Extremamente importante

9) Qual a importância dos conteúdos vistos na academia, para aplicação no mercado de trabalho?

1.Não é importante	2.Pouco importante	3.Importante	4.Muito importante	5. Extremamente importante

10) Qual o seu interesse na área de Contabilidade Pública como concluinte de Ciências Contábeis?

1.Nenhum	2.Pouco interesse	3.Tenho interesse	4. Tenho muito interesse	5. Tenho muito interesse, pretendo atuar na área

11) Em sua opinião, a Contabilidade Pública vista na academia, influencia de alguma forma o ingresso no mercado de trabalho nessa área específica?

1.Não influencia	2.Influencia pouco	3.Influencia	4. Influencia muito	5. Influencia totalmente

12) Considerando os conhecimentos adquiridos na academia, como você classifica a sua absorção do conteúdo, caso desejasse ingressar no mercado de trabalho na área de Contabilidade Pública?

1.Insuficiente	2.Pouco suficiente	3.Suficiente	4.Mais que suficiente	5. Extremamente suficiente

Parte 4 – Grau de importância do Exame de Suficiência

Neste bloco foram colocadas questões sobre o grau de importância do Exame de Suficiência sobre a Contabilidade Pública na percepção do aluno concluinte. O método de coleta de respostas desta seção se dará por meio da escala de Likert, classificando a sua resposta numa escala de 1 a 5, conforme segue abaixo:

13) Na sua visão, qual a importância do Exame de Suficiência para sua formação profissional?

1.Não é importante	2.Pouco importante	3.Importante	4.Muito importante	5. Extremamente importante

14) Você concorda que os assuntos vistos na academia, são suficientes para obter a aprovação no Exame de Suficiência?

1. Não concordo	2. Concordo pouco	3. Concordo	4. Concordo muito	5. Concordo totalmente

15) Com base nos conteúdos vistos na academia, você se sente preparado para responder as questões da área de Contabilidade Pública constantes no Exame de Suficiência?

1. Não estou preparado	2. Estou pouco preparado	3. Estou preparado	4. Estou muito preparado	5. Estou completamente preparado

ANEXO A – TERMO DE ORIGINALIDADE



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



TERMO DE ORIGINALIDADE

Eu, LUZAMARA SOUTO MONTEIRO, com matrícula nº: 11227667. Declaro que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: **NÍVEL DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO REALIZADO COM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**. Apresentado a professor (a) Dr. (a) Valdineide dos Santos Araújo, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período: 2019.4, é fruto de minha própria elaboração, havendo sido baseado em fontes teóricas devidamente referenciadas e obedecendo os padrões nacionais para referências diretas e indiretas, e em hipótese alguma representa plágio de material ora existente e disponível em qualquer meio. Dou fé, sob as penalidades previstas nos artigos 297 – 299 do Decreto-Lei Nº 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei nº 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Portanto, ficam a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

João Pessoa, 23 de julho de 2020.

Luzamara Souto Monteiro
